

COLEÇÃO

**Direito
PROCESSUAL
na Ordem
CONSTITUCIONAL**

Coordenadores

Luiz Rodrigues Wambier

Fábio L. Quintas

Georges Abboud

Prisão Cautelar para fins de extradição no Direito Brasileiro

**O diálogo entre a cooperação
jurídica internacional e a
centralidade dos direitos humanos**

Priscila Santos Campêlo Macorin

2020



**EDITORA
JusPODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

- P959 Prisão cautelar para fins de extradição no direito brasileiro: o diálogo entre a cooperação jurídica internacional e a centralidade dos direitos humanos/ Priscila Santos Campêlo Macorin – Salvador: Editora JusPodivm, 2020.
208 p. (Direito Processual Na Ordem Constitucional/ Luiz Rodrigues Wambier, Fábio L. Quintas, Georges Abboud)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-442-3110-4.

1. Direito Penal Internacional. 2. Direitos Humanos. I. Macorin, Priscila Santos Campêlo. II. Wambier, Luiz Rodrigues. III. Quintas, Fábio L. IV. Abboud, Georges. V. Título.

CDD 341.14

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Introdução	17
1. Cooperação jurídica internacional	23
1.1. O Diálogo Internacional como Propulsor da Imprescindibilidade de Cooperação Internacional	23
1.2. A Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal	32
1.2.1. A Autoridade Central Brasileira	36
1.2.2. Os Instrumentos de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal	39
1.2.2.1. A Carta Rogatória	39
1.2.2.2. A Homologação de Sentença Estrangeira	41
1.2.2.3. A Transferência de Execução da Pena	42
1.2.2.4. A Equipe Conjunta de Investigação	43
1.2.2.5. O Auxílio Direto	48
2. A extradição	51
2.1. Compreensão do Instituto	51
2.2. A Extradicação e o Ordenamento Jurídico Brasileiro	60
2.2.1. A Impossibilidade de Extraditar Brasileiros Natos	64
2.2.2. A Lei nº 13.445/2017 e a Extradicação	68

2.2.3. Sistematização dos Agentes Envolvidos na Extradição e Suas Atribuições	71
2.2.3.1. Na extradição ativa	71
2.2.3.2. Na extradição passiva	72
2.3. A Extradição no Direito Comparado	76
2.3.1. A Extradição na Argentina	77
2.3.2. A Extradição nos Estados Unidos	81
2.3.3. A Extradição na Alemanha	84
3. Prisão cautelar para fins de extradição no brasil	89
3.1. A ADPF nº 425/DF e as normas que obrigavam a prisão preventiva para tramitação de processo de extradição	93
3.2. Diferenças apontadas entre prisão preventiva no processo penal e prisão cautelar para fins de extradição	97
3.3. Prisão como condição objetiva de procedibilidade do processo de extradição	103
3.4. O princípio da dignidade da pessoa humana, a universalização dos direitos humanos e a prisão cautelar para fins de extradição	106
3.5. A Prisão Preventiva Para Fins de Extradição e a Proteção da Infância	114
3.6. O Garantismo Penal Compatibilizado com a Cooperação Empreendida por meio da Extradição	119
3.7. Análise dos Casos Concretos em Matéria de Extradição	124
3.7.1. Estatísticas	124
3.7.2. Casuísticas	127
3.7.2.1. A Prisão Preventiva para Extradição nº 717	127
3.7.2.2. A Prisão Preventiva para Extradição nº 760	130
3.7.2.3. A Prisão Preventiva para Extradição nº 763	133
3.7.2.4. A Extradição nº 893	135
3.7.2.5. A Extradição nº 1189	137

3.7.2.6. A Extradicação nº 1270	138
3.7.2.7. A Extradicação nº 1311	141
3.7.2.8. A Prisão Preventiva para Extradicação nº 780	143
3.7.2.9. A Prisão Preventiva para Extradicação nº 806	144
3.7.2.10. A Extradicação nº 1327	146
3.7.2.11. A Extradicação nº 1424	148
3.7.2.12. A Extradicação nº 1425	149
3.7.2.13. A Extradicação nº 1426	150
3.7.2.14. A Extradicação nº 1428	153
3.7.2.15. A Extradicação nº 1437	154
3.7.2.16. A Extradicação nº 1442	156
3.7.2.17. A Extradicação nº 1443	157
3.7.2.18. A Extradicação nº 1465	158
3.7.2.19. A Extradicação nº 1481	159
3.7.2.20. A Extradicação nº 1482	161
3.7.2.21. A Extradicação nº 1492	162
3.7.2.22. A Extradicação nº 1514	165
3.7.3. Síntese crítica dos processos analisados e perspectivas analíticas	167
Conclusão	173
Referências bibliográficas	179
Anexo: indicadores CETPC/DRCI/SENAJUS 2016/2017	203